



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014
(do Sr. Fernando Francischini)

Requer que seja convocado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. EDISON LOBÃO, para que preste os esclarecimentos acerca da ingerência político-partidária no Fundo de pensão dos Correios – Postalís, resultando em prejuízos bilionários.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base na Constituição Federal e no Regimento Interno desta Casa, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocado o Sr. **EDISON LOBÃO**, Ministro de Estado de Minas e Energia, para que preste os esclarecimentos acerca das supostas fraudes e da ingerência político-partidária no Fundo de pensão dos Correios – Postalís.

JUSTIFICAÇÃO

São recorrentes as denúncias de irregularidades e corrupção na Administração Pública Federal. Essa corrupção, que assola o país, é problema grave e atual que, não raras vezes, prejudica e obscurece a política brasileira. A população brasileira, estarrecida com tantos absurdos, exige mudanças e uma postura firme do Parlamento e da Justiça em relação a tantos escândalos.

Dando sequência às denúncias, matérias publicadas recentemente pela imprensa indicam uma forte ingerência político-partidária com indicações de pessoas sem a devida capacitação técnica para administrar o maior fundo do Brasil em número de participantes (mais de 110 mil).

Segundo a notícia, mediante a indicação do Sr. EDISON LOBÃO, o engenheiro Alexej Predtechensky, conhecido como Russo, assumiu a presidência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

do Postalís em 2006. Além dele, também por indicação do Ministro, o administrador Adílson Costa assumiu o segundo cargo mais importante do Postalís: a diretoria financeira.

Em seguida, a matéria destaca que Russo tinha no currículo a quebra da construtora Encol, nos anos 1990. Fora também sócio de Márcio Lobão, filho de Edison Lobão, numa concessionária que vendia BMWs. No Postalís, sua gestão resultou em péssimos números.

Cumpre mencionar, ademais, que o patrimônio do Postalís é de R\$ 7 bilhões, e vem acumulando perdas significativas. Entre 2011 e 2012, o déficit chegou a R\$ 985 milhões. No ano passado, o fundo somou R\$ 936 milhões negativos e, em 2014, as contas no vermelho já somam mais de R\$ 500 milhões, com uma projeção para encerrar o ano acima de R\$ 1 bilhão.

Conclui-se que a situação do Postalís é tão grave que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc, responsável por fiscalizar os fundos de pensão, avalia uma intervenção no fundo e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) iniciou investigações para apurar as operações fraudulentas no mercado financeiro.

Percebe-se, assim, que tais indicações foram, no mínimo, temerárias. Nesse sentido, colacionam-se matérias abaixo:

As evidências de fraude no fundo dos Correios ligado ao PMDB

Como afilhados políticos de Edison Lobão e Renan Calheiros quase levaram o Postalís, fundo de pensão dos Correios, à ruína, mostra Época.

Época

As evidências de fraude no fundo dos Correios ligado ao PMDB

Como afilhados políticos de Edison Lobão e Renan Calheiros quase levaram o Postalís, fundo de pensão dos Correios, à ruína.

No final do governo Lula, um jovem e brilhante operador do mercado financeiro ascendia no rarefeito mundo da elite política de Brasília. Era Fabrizio Neves, dono da Atlântica Asset,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

empresa que montara fundos no mercado financiados sobretudo pelo Postalís, fundo de pensão dos Correios. O Postalís era comandado por afilhados do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e do senador Renan Calheiros, ambos do PMDB. Fabrizio dava festas e promovia jantares em Brasília e São Paulo. Num deles, contratou o cantor Emílio Santiago e um dos pianistas que tocavam com Roberto Carlos. Colecionador de armas, dono de bom papo, Fabrizio fez amizades com políticos, diretores do Postalís e lobistas – a maioria deles ligada ao PMDB. Segundo seis desses altos quadros do PMDB, Fabrizio participava também das reuniões em que se discutia o financiamento das campanhas em 2010. Com pouco tempo de Brasília, Fabrizio já se tornara um homem poderoso na capital.

Sobre Fabrizio, sabia-se apenas que ele morara em Miami, onde fizera fortuna no mercado financeiro. No Brasil, ele estava em alta; nos Estados Unidos, era caçado por credores e pelos investigadores da Securities and Exchange Commission, a SEC, órgão que regula o mercado financeiro americano. Acusavam-no de ser o arquiteto de uma fraude que envolvia o dinheiro arrecadado no Postalís. A caçada judicial terminou recentemente nos Estados Unidos, e suas consequências ainda não se fizeram sentir no Brasil. A ascensão de Fabrizio por lá se deu com dinheiro daqui – dinheiro dos carteiros e funcionários dos Correios, que financiam suas aposentadorias contribuindo para o Postalís. A queda de Fabrizio terminou por lá. Mas ainda promete começar por aqui. E isso aterroriza o PMDB. A história de Fabrizio, contada em documentos confidenciais obtidos por ÉPOCA nos Estados Unidos e no Brasil, ilustra à perfeição o efeito devastador da influência da política nos fundos de pensão das estatais. É um problema antigo, que resulta em corrupção e prejuízos aos fundos. Ele atingiu novo patamar no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a ascensão de sindicalistas ligados ao PT à direção de fundos como Previ, do Banco do Brasil, ou Petros, da Petrobras. O caso do Postalís, maior fundo do Brasil em número de participantes (110 mil), é especial. Foi o único fundo de grande porte aparelhado, no governo Lula, pelo PMDB. Por indicação de Lobão, o engenheiro Alexej Predtechensky, conhecido como Russo, assumiu a presidência do Postalís em 2006. Com o apoio de Lobão e Renan, o administrador Adílson Costa assumiu o segundo cargo mais importante do Postalís: a diretoria financeira. Amigo de Lobão, Russo tinha no currículo a quebra da construtora Encol, nos anos 1990. Quando diretor da Encol, fora acusado de irregularidades na gestão. Fora também sócio de Márcio Lobão, filho de Edison Lobão, numa concessionária que vendia BMWs. No Postalís, sua gestão resultou em péssimos números. Dono de um patrimônio de R\$ 7 bilhões, o Postalís vem acumulando perdas significativas. Entre 2011 e 2012, o deficit chegou a R\$ 985 milhões. No ano passado, o fundo somou R\$ 936 milhões negativos e, em 2014, as contas no vermelho já somam mais de R\$ 500 milhões, com uma projeção para encerrar o ano acima de R\$ 1 bilhão. A situação do Postalís é tão grave que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc, responsável por fiscalizar os fundos de pensão, avalia uma intervenção no fundo



CVM apura fraude em fundo dos Correios

Um dos negócios investigados, de R\$ 40 milhões, teve influência do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal

Publicado em 05/05/2014 | AGÊNCIA O GLOBO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu investigação para apurar uma série de operações fraudulentas no mercado financeiro que atinge o fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios, o terceiro maior do país, com cerca de 130 mil participantes. Uma delas envolve um aporte de R\$ 40 milhões, de dezembro de 2012, no Banco BNY Mellon por meio da gestora DTW Investimento LTDA, que teria sido direcionado pelo ex-diretor da fundação Ricardo Oliveira Azevedo após influência do doleiro Alberto Youssef e dos donos da Tino Real Participação, Maria Thereza Barcelos da Costa e Eric Davi Bello, alvos da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. O Postalís confirmou o aporte, cujo principal resultado foi uma rentabilidade aquém da esperada para o fundo irrigado com dinheiro público.

Um ex-dirigente do Postalís relata que Maria Thereza foi apresentada ao sócio-majoritário da DTW, Paulo Roberto Caneca, por Youssef, quando a empresa ainda não se chamava DTW e tinha apenas dois meses no mercado. À época, as negociações com Azevedo iniciaram. Eles então teriam acertado que uma pessoa da confiança dele, Bruno Rodrigues Leal, entraria como laranja na sociedade da empresa de Caneca. Segundo profissionais do mercado, Caneca é conhecido como doleiro. Ele nega.

Afastamento

Azevedo foi afastado do cargo de diretor financeiro do Postalís em outubro do ano passado após a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) constatar irregularidades em investimentos que provocaram prejuízos calculados em quase R\$ 1 bilhão. As investigações apuraram a prática de fraudes, com a organização aplicando recursos da entidade previdenciária em fundos controlados pelos próprios sócios da DTW.

Irregularidades na DTW também estão sendo apuradas pela CVM. Uma delas envolve o fato de o sócio da DTW, Caio Rodrigues Leal, ter sido o estruturador da Dogma Empreendimentos Imobiliários S.A., por meio de sua outra empresa, a Prime Consultoria e Gestão Financeira. Do aporte de R\$ 40 milhões do Postalís no BNY Mellon, Leal utilizou R\$ 10 milhões na compra de 25% de uma Cédula de Crédito Imobiliária (CCI) da Dogma. Portanto, ele estava nas duas pontas da operação, o que no mercado financeiro é chamado de “Zé com Zé”, prática proibida pelas normas da CVM.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

O que chama atenção é que a Dogma deu como garantia um terreno comprado para a construção de um condomínio no centro de Curitiba – e que ainda não saiu do chão – um dia depois do aporte do Postalís. A estruturação de um projeto CCI se dá quando uma empresa é contratada para intermediar a operação junto a entidades de fiscalização.

PT e PMDB disputam chefia da entidade

Desde o início do 1.º governo Lula, em 2003, PT e PMDB disputam o controle do Postalís. Cada partido indica dois dos quatro nomes da diretoria executiva da entidade, embora formalmente essa seja uma atribuição dos Correios. No entanto, o acordo começou a fazer água no governo Dilma, com a chegada do economista Wagner Pinheiro à presidência da empresa.

Pinheiro é um dos ex-dirigentes de sindicatos de bancários de São Paulo ligados à CUT, braço sindical do PT, que passou a indicar nomes para ocupar cargos em fundos de pensão de estatais no governo Lula. Entre 2003 e 2010, ele foi presidente da Petros, a fundação de previdência complementar dos funcionários da Petrobras, a segunda maior do país. Com um patrimônio de R\$ 68 bilhões, só fica atrás da Previ, dos empregados do Banco do Brasil.

Pinheiro foi escolhido pelo atual ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para dirigir os Correios na transição entre os governos Lula e Dilma. A estatal, mergulhada em dificuldades operacionais, era um foco de escândalos de corrupção. Com o comando dos Correios, o PT resolveu também controlar o Postalís, abrindo uma disputa com os indicados do PMDB.

Dívida

Rombo no plano de previdência pode chegar a R\$ 2,5 bi

Gestões de eficiência duvidosa do Postalís durante os mandatos dos ex-diretores financeiros Adilson Florêncio da Costa e Ricardo Oliveira Azevedo podem ter contribuído para que um déficit técnico em um dos planos de previdência da fundação alcançasse cifras bilionárias desde 2009 – o que levou a entidade a aumentar a contribuição dos funcionários e causar uma queda de braço entre os sindicatos dos trabalhadores, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Tesouro Nacional sobre quem deve pagar a dívida.

Em 2008, os Correios decidiram encerrar as atividades do plano de Benefício Definido (BD) e transformar a expectativa de direitos dos participantes em números, totalizando valor projetado para aporte de R\$ 700 milhões, para equilibrar as contas do BD, algo assumido pela patrocinadora. Um ano depois, porém, se constatou que o valor necessário para efetivar o saldamento (interrupção de pagamento das contribuições) do BD mais que dobrou, indo a R\$ 1,5 bilhão.

Somado a esse valor, há ainda um déficit de R\$ 935 milhões provenientes, em sua maioria, da área de investimento do Postalís, identificado no balanço do ano passado e que onera



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

ainda mais o Plano BD – levando o rombo, caso os Correios não aceitem saldar a dívida, a um valor de cerca de R\$ 2,5 bilhões, ou 35% do patrimônio do plano, estimado em R\$ 7 bilhões. O Conselho Fiscal dos Correios, ligado ao Tesouro, questionou o pagamento, mas concordou em saldar, por enquanto, a cota mensal da dívida.

***R\$ 1 bilhão** é o valor a que podem ter chegado os prejuízos ao Postalís devido a irregularidades em investimentos realizados pelo ex-diretor financeiro da fundação Ricardo Oliveira Azevedo. Ele foi afastado em outubro do ano passado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).*

À reportagem, o dono da DTW admitiu ter se encontrado com Azevedo “meia dúzia de vezes”, mas disse que jamais se envolveu com Youssef e o casal Maria Thereza e Bello.

A influência de Youssef no Postalís é antiga. Na CPI dos Correios, em 2005, o doleiro já aparecia como responsável por indicações feitas ao PMDB para a presidência do fundo, quando o partido assumiu o Ministério das Comunicações.

Com efeito, a convocação do Ministro de Minas e Energia que ora requeremos é de fundamental importância para que esclareça a ingerência político-partidária no Postalís que, segundo denúncias, tem ocasionado enormes prejuízos ao fundo e que pode prejudicar milhares de trabalhadores que contribuem esperando, futuramente, usufruir de uma aposentadoria digna.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para aprovarmos este Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**
Solidariedade/PR